

ÉTICA PROFISSIONAL, DEONTOLOGIA E SINDICALISMO NA BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA: MÚLTIPAS PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DE ATUAÇÃO

PROFESSIONAL ETHICS, DEONTOLOGY AND UNIONISM IN BRAZILIAN LIBRARIANSHIP: MULTIPLE HISTORICAL PERSPECTIVES

ÉTICA PROFESIONAL, DEONTOLOGÍA Y SINDICALISMO EN LA BIBLIOTECOLOGÍA BRASILEÑA: MÚLTIPLES PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DE ACTUACIÓN

¹Jessé Albino Santana, ¹Jefferson Veras Nunes

¹Universidade Federal do Ceará

Correspondência

¹Jessé Albino Santana

¹Universidade Federal do Ceará

Fortaleza , CE

Email: jessealbino@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0112-078X>



Submetido em: 15/06/2017

Aceito em: 18/09/2017

Publicado em: 28/09/2017

JITA: AC. Relationship of LIS with other fields

RESUMO: Tem como objetivo abordar a relação entre ética profissional, deontologia e organização sindical na Biblioteconomia brasileira, visando perceber como se situa o processo de atuação político-institucional da área no contexto profissional e educacional. Na metodologia utiliza como coleta de dados a pesquisa bibliográfica e documental. Apresenta conceitos referentes à ética como ciência e de sua importância no âmbito das profissões. Relaciona ética e deontologia, entendendo esta como ciência do dever, responsável de averiguar como surgem e se sustentam as normas orientadoras das classes de profissionais. Evoca elementos históricos do movimento sindical na Inglaterra, sua chegada ao Brasil e início da sindicalização dos bibliotecários brasileiros. Como resultado, destaca a necessidade de ampliar os debates em torno da ética profissional e do amadurecimento da consciência de classe dos bibliotecários, o que poderá repercutir em ações coletivas de maior visibilidade junto à sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Ética profissional. Deontologia. Movimento sindical. Sindicalismo na biblioteconomia.

ABSTRACT: This paper aims to address the relationship between professional ethics, deontology and union organization in Brazilian Librarianship, intending to understand how the process of political-institutional interaction of the area is situated in the professional and educational context. The methodology uses data collection, bibliographical and documental research. It presents concepts related to ethics as a science and its importance in the field of professions. It relates ethics and deontology, understanding this as a science of duty, responsible for ascertaining how the norms guiding the professional classes arise and are sustained. It evokes historical elements of the trade union movement in England, its arrival in Brazil and the beginning of unionization of Brazilian librarians. As a result, it highlights the need to broaden the debates about professional ethics and the maturation of class consciousness in Librarianship, which may have repercussions on collective actions of greater visibility with society.

KEYWORDS: Professional ethics. Deontology. Trade Union. Unionism in librarianship.

RESUMEN: Tiene como objetivo abordar la relación entre ética profesional, deontología y organización sindical en la Bibliotecología brasileña, con el objetivo percibir como se sitúa el proceso político-institucional de actuación del área en el contexto profesional educativo. En la metodología utiliza como recolección de datos la investigación bibliográfica y documental. Presenta conceptos referentes a la ética como ciencia y su importancia en el ámbito de las profesiones. La relación entre ética y deontología, entendiendo ésta como ciencia del deber, responsable de averiguar cómo surgen y se sostienen las normas orientadoras de las clases de profesionales. Evoca históricos del movimiento sindical en Inglaterra, su llegada al Brasil y el inicio de la sindicalización de los bibliotecarios brasileños. Como resultado, destaca la necesidad de ampliar los debates en torno a la ética profesional y la maduración de la conciencia de clase de los bibliotecarios, lo que podrá repercutir en acciones colectivas de mayor visibilidad junto a la sociedad.

PALABRAS CLAVE: Ética profesional. Deontología. Movimiento sindical. Sindicalismo en la bibliotecología.

1 INTRODUÇÃO

Os discursos valorizando determinadas atitudes humanas ou denunciando a falta delas, muitas vezes, ora enaltecem a ética, ora suplicam por ela. Nesse sentido, ética se refere ao estado de comportamento do homem e está relacionada à busca em compreender as ações dos indivíduos numa dada realidade social. O conjunto de normas sociais é abrangido pela moral; por sua vez, a observação e o entendimento de tais regras, no mundo do trabalho dão-se no campo da deontologia.

O estudo aborda os temas da ética e da deontologia relacionando-os com a participação dos bibliotecários nas entidades de classe. A profissão de bibliotecário no Brasil possui regulamentação legal, mediante a Lei 4.084 de 1962, a qual foi posteriormente complementada pelos vetos da Lei 9.674 de 1998. Sua regulamentação resultou na criação do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) e dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB).

Assim, tomando como pano de fundo eventos que vão desde a regulamentação da profissão no país, até a criação do CFB e CRB, passando pelas primeiras associações e sindicatos, objetiva-se aqui, abordar a relação entre ética profissional, deontologia e organização sindical na Biblioteconomia brasileira, visando perceber como se situa o processo de atuação político-institucional da área no contexto profissional e educacional.

Realizou-se a coleta de dados por meio de pesquisa bibliográfica e documental, baseando-se em Bentes Pinto e Cavalcante (2015), ao afirmarem que tal método tem a finalidade de diferenciar os documentos importantes dos irrelevantes para o estudo em questão, obtendo informações registradas com o propósito de ampliar o conhecimento a respeito da temática. Portanto, favorecendo a compreensão e o acesso aos demais interessados.

2 ÉTICA PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIA E DEONTOLOGIA: CONCEITOS E ABORDAGENS

Há inúmeras concepções sobre a definição de ética e qual sua importância à vida em sociedade. Nesse sentido, vários foram os filósofos que se lançaram à tarefa de refletir sobre a ética, podendo-se citar, por exemplo, Sócrates, responsável por incitar a reflexão da ética no Ocidente com suas ações narradas por Platão na Grécia Antiga; na Idade Média, Agostinho e Tomás de Aquino; na Idade Moderna, Espinosa, Rousseau e Kant; na contemporaneidade, Schopenhauer, Nietzsche, Hegel, Marx, Kierkegaard e Sartre (ARICÓ, 2001; CHAUI, 2000; SILVA, 2010).

Recorrendo ao Dicionário de Filosofia, Abbagnano (2007, p. 380) define ética como uma “[...] ciência da conduta [...]. Indo na mesma direção, Sánchez Vásquez (1993, p. 12)

afirma que a ética se caracteriza como “[...] a teoria ou ciência do comportamento dos homens em sociedade. Ou seja, é a ciência de uma forma específica de comportamento humano”. Diferentes situações do convívio em sociedade exigem do indivíduo condutas apropriadas aos contextos em que está inserido. Assim, para Rios (2008, p. 84), “[...] quando fazemos uma reflexão ética, estamos nos perguntando sobre a consistência e coerência dos valores que norteiam nossas ações [...]”.

Nessa perspectiva, vale recorrer à noção de ética profissional, a qual é voltada à compreensão das relações sociais no ambiente do trabalho. A ética profissional é compreendida por Souza Filho (2004, p. 79) como uma “[...] reflexão pessoal do agente profissional buscando definir diretrizes lógicas e valorativas orientadoras do seu procedimento laboral”. Através de uma análise sobre os códigos de ética, criados pelas entidades de classe, o autor aponta para a necessidade de um controle do exercício da profissão, onde os indivíduos devem desenvolver suas ações orientadas por demandas sociais.

Questionando a denominação Código de Ética Profissional, no âmbito da Biblioteconomia, Aranalde (2005, p. 358) esclarece tratar-se de “[...] um código de conduta que prescreve como agir, sujeitando os infratores a penalidades previstas em lei no caso de transgressão às prescrições estabelecidas”. Nesse sentido, segundo Souza (2002), a denominação Código de Ética Profissional não se mostra adequada, pois “[...] toda orientação voltada a guiar bem a conduta profissional não é uma ética, mas uma deontologia [...]” (SOUZA, 2002, p. 131). Ainda na perspectiva do autor, embora sejam denominados de Códigos de Ética Profissionais, muitos documentos na realidade constituem-se como códigos deontológicos, por expressarem regras e punições.

De acordo com Madeira (2003), a deontologia é usada para abranger as atuações profissionais, prezando os interesses dos grupos de determinada área. Assim, cabe assinalar que não existe apenas uma deontologia, mas, sim, várias deontologias, justamente porque cada profissão tem suas próprias normas de conduta, as quais são dirigidas aos integrantes de uma classe não só com o objetivo de orientarem suas atividades profissionais, como também para servirem à sociedade. De modo similar, Rasche (2005a, p. 176) entende ser a deontologia o “[...] termo mais apropriado para a discussão em torno da conduta profissional, compreendendo-a como um esforço para obter-se uma uniformização da ação dos membros de uma categoria profissional”. As ações dos membros dificilmente serão iguais, pois, levando em consideração a subjetividade, elas resultam de escolhas individuais.

A inserção do termo deontologia na literatura foi realizada pelo filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham, na obra *Deontologia ou Ciência da Moralidade*, em 1834 (BAPTISTA, 2011). O termo deontologia vem de duas raízes do vocabulário grego. Segundo Souza Filho (2004, p. 115), é resultado da junção das palavras “[...] *deontos* que significa dever e *logia* que tem a acepção de estudo, tratado, investigação lógica ou intelectual”. Baseando-se nisso, o autor defende que deontologia diz respeito à “ciência do dever” ou

“teoria dos deveres” a ser colocada em prática no âmbito de uma profissão. Contudo, não se trata do dever em si, ao contrário, está para, além disso, pois diz respeito a um pensamento reflexivo e crítico sobre os deveres, e que envolva também os direitos, de modo que a atuação de um profissional não perca sua relevância ou se mostre inócuas à sociedade (ANDRADE, 2010).

Portanto, ao abordar a deontologia, deve-se considerar a existência de deontologias específicas aplicadas às diferentes profissões. Existe, por exemplo, a deontologia jurídica concernente aos profissionais da área do Direito; a deontologia médica, referente aos profissionais da Medicina; o que não é diferente com os profissionais da Biblioteconomia. A seguir, trata-se sobre os primeiros movimentos ligados à ética profissional e à deontologia realizados pelos bibliotecários brasileiros, discutindo-se o envolvimento da classe com tais temas.

2.1 Ética profissional e deontologia na Biblioteconomia brasileira: elementos históricos

As discussões a respeito dos temas ética profissional e deontologia na Biblioteconomia encontra-se presente já nos primeiros congressos organizados pelos bibliotecários brasileiros. Analisando os títulos das palestras e as recomendações finais do evento ocorrido em 1954, Souza (2010, p. 12) afirma: “[...] vê-se que, no Brasil, o embrião da temática ética bibliotecária aparece já há muito tempo. Ela está implícita já no I Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, de 1954 [...].” Nesse primeiro congresso os bibliotecários trataram de assuntos relacionados a questões de cunho técnico, prático e social, tais como a criação de mais bibliotecas públicas, por exemplo. Além disso, posicionaram-se contra a censura às bibliotecas e solicitaram a gratuidade no ensino de Biblioteconomia.

A partir de sua segunda edição, o evento passou a adotar a mesma designação que recebe até hoje, a saber: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBD). Os bibliotecários continuaram demonstrando interesse em debater questões sociais, com preocupações sobre como possibilitar àquelas pessoas menos favorecidas economicamente o acesso aos livros. Souza (2010, p. 15) destaca que neste evento defendeu-se “[...] a compreensão de compromissos éticos tomados pelos membros de uma profissão cuja atuação incide diretamente sobre populações carentes do país como crianças e público residentes em áreas urbanas periféricas [...].” Em 1961, na terceira edição do CBBD, a bibliotecária Laura Russo apresentou um trabalho com o título “Deontologia e ética profissional”, no intuito de contribuir com a criação do Código de Ética Profissional do Bibliotecário Brasileiro (CEBB). A palestrante tinha a consciência de que a aplicação desse código se daria a partir do reconhecimento legal da profissão de bibliotecário (CASTRO, 2000).

De acordo com Castro (2000), a movimentação da classe junto aos políticos brasileiros nas décadas de 1950 e 1960, em busca pela regulamentação da profissão, tinha como propósitos: impedir o exercício da profissão sem a formação específica; estruturar a profissão

por intermédio dos conselhos de classe; e, conceder ao ensino de Biblioteconomia respaldo legal e valorização profissional perante a sociedade. Assim, contando com o apoio do deputado Rogê Ferreira, a classe, “[...] em 1958, mês de julho, já havia conseguido do Ministério do Trabalho e Previdência Social a inclusão do bibliotecário no 19º grupo, compreendido no plano da Confederação Nacional das Profissões Liberais” (CASTRO, 2000, p. 162). A designação de profissional liberal era uma conquista importante à categoria.

Laura Russo, contando com a colaboração de Maria Helena Brandão, elaborou o projeto de lei que tramitou na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, sendo arquivado em 1958. A insistente cobrança aos políticos resultou no desarquivamento do referido projeto no ano seguinte, possibilitando que, em 1962, fosse promulgada a Lei 4.084/62, responsável pela regulamentação da profissão de bibliotecário, bem como da obrigatoriedade do diploma de Biblioteconomia para o exercício da profissão no Brasil (CASTRO, 2000; CORTÊ *et al.*, 2015).

De acordo com Castro (2000, p. 185), a aprovação da Lei 4.084 suscitou “[...] a necessidade de instalação de órgãos fiscalizadores, o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Biblioteconomia. [...] E o estabelecimento de um Código de Ética Profissional”. Em 1963 foi realizada a quarta edição do CBBB, tendo como sede a cidade de Fortaleza. Nela, Laura Russo expôs textos referentes ao movimento associativo, bem como o anteprojeto do código de ética apresentado no evento anterior com correções. Assim, foi aprovado o primeiro Código de Ética do Bibliotecário Brasileiro. A Lei 4.084 seria regulamentada pelo Decreto nº 56.725, de 1965. Após esta data o código passou a ser adotado pela classe (CASTRO, 2000; CORTÊ *et al.*, 2015; SOUZA, 2013).

Souza (2013) comenta que a criação do código de ética trouxe consigo a necessidade de elaborar outros instrumentos que expressassem a deontologia da classe biblioteconômica. Por intermédio de resoluções (Quadro 1), com uma linguagem de imposição sobre a conduta e o dever profissional, transferiu-se aos tribunais e comitês denominados éticos, a responsabilidade pelo julgamento dos casos denunciados como infrações à ética, seguindo os procedimentos estabelecidos pelo CFB.

Quadro 1 – Resoluções emitidas pelo CFB

RESOLUÇÃO	DESCRIÇÃO
Resolução CFB nº006, de 13 de julho de 1966.	Dispõe sobre o Juramento Profissional do Bibliotecário.
Resolução CFB nº153, de 6 de março de 1976.	Dispõe sobre o ensino de Ética Bibliotecária.
Resolução CFB nº152, de 6 de março de 1976.	Dispõe sobre normas de conduta do bibliotecário quando em atividade de supervisão de estágio de alunos de Biblioteconomia.
Resolução CFB nº399, de 24 de fevereiro de 1993.	Dispõe sobre normas para apuração de faltas e aplicação das sanções do Código de Ética Profissional.
Resolução CFB nº040, de 22 de outubro de 2001.	Dispõe sobre processo ético, dando nova redação aos art. 42 e 62 da Resolução CFB nº399/93.
Resolução CFB nº 42, de 11 de janeiro de 2002.	Dispõe sobre Código de Ética do Conselho Federal de Biblioteconomia.

Fonte: Elaborado pelos autores baseado em Souza (2013).

Desde sua criação, em 1963, o código de ética passou por alterações para se adequar às necessidades que surgiram com o tempo, tendo a primeira ocorrido em 1966; a segunda em 1974, tornando-o mais abrangente; na terceira modificação, em 1985, houve uma tentativa de deixá-lo mais conciso; e, a quarta alteração, em 2001, teve como objetivo atualizá-lo, sendo sua reformulação concretizada em janeiro de 2002 (CUARTAS; PESSOA; COSTA, 2003). Desde então o código de ética não sofreu mais mudanças.

A discussão acerca da importância da ética não se restringiu ao âmbito profissional, passando também a ser abordada no ensino. Souza (2013, p. 14) relata que na quarta edição também foi sugerido, na temática “[...] ‘Educação do bibliotecário documentalista’, a inserção de um tópico intitulado ‘ética profissional’[...]”, permitindo a Volne Cardim apresentar o trabalho “Ética profissional – nova sugestão para os currículos das Escolas de Biblioteconomia e Documentação”. Conforme Castro (2000, p. 195), a disciplina teria como propósito abordar “[...] princípios morais da profissão bibliotecária, sua relação com as autoridades, colegas e instituições, principalmente, com o público”. A proposta inicial era que a disciplina fosse ministrada no último ano do curso, porém somente duas escolas aderiram à orientação, foram os cursos de Campinas e São Carlos, ambos instalados no estado de São Paulo.

Analizando esse mesmo período, Bottentuit, Oliveira e Ferreira (2009) relatam um aumento significativo no número de cursos de Biblioteconomia no país, momento em que muitas escolas vieram a inserir o tema ética em suas disciplinas. A partir de 1982, com as modificações no currículo mínimo para o curso de Biblioteconomia aprovado pelo Conselho Federal de Educação (CFE), o tema passou a ser ministrado em disciplinas introdutórias. Assim, por meio de movimentos ligados à ética profissional, alguns bibliotecários perceberam a importância da organização e desenvolvimento de um movimento sindical na área, demonstrando a necessidade de criação de instituições que representassem os interesses coletivos da categoria, de modo a ter suas reivindicações atendidas.

3 ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DO SINDICALISMO BIBLIOTECÁRIO

A origem dos sindicatos remonta à segunda metade do século XVIII, na Inglaterra, a partir de fatores como baixos salários e jornadas exaustivas de trabalho. Percebendo que as ações isoladas não surtiam os efeitos desejados, os operários encontraram na coletividade uma via para conquistar direitos que hoje são assegurados por lei. De acordo com Antunes (1985), os primeiros sindicatos eram constituídos por grupos de operários, tendo como finalidade lutar contra a exploração do trabalho. Os trabalhadores ingleses passaram a se orientar por objetivos comuns, criando em 1830, a Associação Nacional para Proteção ao Trabalho. Sua principal função, ainda segundo Antunes (1985, p. 19), era “[...] resistir à diminuição dos salários e dar apoio aos operários em greve”. A partir daí, modificações em leis na Inglaterra foram feitas de modo a conferir maior igualdade entre patrões e operários.

O sindicalismo como fenômeno social se origina a partir da identificação de necessidades comuns, podendo produzir uma série de modificações comportamentais, econômicas e políticas. O início das organizações sindicais no Brasil não foi fácil, em consequência do sentido da “[...] ideia de sindicato divulgada pelos organizadores, devido a composição do operariado brasileiro” (CANÉDO, 1997, p. 30). A maioria dos trabalhadores brasileiros era formada por imigrantes ou pelos egressos da escravidão e seus descendentes. Essa mistura tornou-se um desafio à organização dos sindicatos. À medida que imigrantes não queriam se envolver com tais questões para não correrem o risco de serem deportados, os ex-escravos eram menosprezados, não tendo como reagir de imediato às barreiras socioculturais existente na época.

A partir da segunda metade do século XIX iniciam as discussões sobre os direitos trabalhistas, culminando em ações de caráter legislativo, por parte do governo brasileiro. Em 1891, é aprovado o Decreto nº 1.313 regulamentando o trabalho dos menores. Por sua vez, a lei de sindicalização rural surge em 1903 e no ano de 1907 foi estabelecida a lei de regularização dos sindicatos em todas as profissões (BRASIL, 1891, 1903, 1907). A partir de então, os trabalhadores começam a promover encontros para discutir sobre seus anseios, como, por exemplo, o primeiro Congresso Operário Brasileiro, em 1906 (ANTUNES, 1985; TELLES, 1981).

Em contrapartida, o governo tentava de alguma forma enfraquecer os sindicatos. Os líderes sindicais eram nomeados pelo presidente da época, submissos ao Estado, portanto, omissos na defesa dos interesses dos trabalhadores. Tal modo de agir fez com que os sindicatos recebessem a alcunha de “sindicatos amarelos”, antecessores do chamado “sindicalismo pelego”, dada a sua sujeição aos interesses do governo (ANTUNES, 1985). A interferência estatal, no entanto, não foi suficiente para conter as greves, motivadas pelos baixos salários e a exploração. Segundo Telles (1981), de 1917 a 1920 houve uma intensificação das ações do movimento operário, antes desconhecida no Brasil. Em 1930, quando Getúlio Vargas assume o poder, o Ministério do Trabalho é inaugurado com a

intenção de coibir as mobilizações trabalhistas. Em 1945 é criado o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), caracterizado como um “[...] organismo intersindical de caráter horizontal que rompia com a estrutura vertical [...]” (ANTUNES, 1985, p. 66).

O incômodo causado pela vigilância estatal era grande para os operários que tentaram com os recursos disponíveis acabar com essa subserviência sindical no país. Telles (1981) afirma que, em razão das manobras legislativas do governo, que promulgou o Decreto-Lei nº 23.046, de 7 de maio de 1947, estabelecendo o fechamento da Confederação dos Trabalhadores do Brasil e das uniões sindicais estaduais, esse ideal não foi possível.

No período da ditadura militar no Brasil houve maior repressão às ações sindicais. Uma estratégia utilizada foi a criação de “interventores”, agentes do Estado eram infiltrados transformando a ação dos sindicatos em ação associativa. Na transição entre as décadas de 1970 e 1980, segundo Moraes, Silva e Silva Neto (2009), nascia um “novo sindicalismo”, que conquistava espaço não só em meio a insatisfação da classe dos trabalhadores com os salários e condições de trabalho, mas, também, a simpatia de setores sociais contrários ao governo, críticos da crise econômica desencadeada pelo regime militar. Com a redemocratização do país um “[...] dos pontos importantes da Constituição de 1988 foram os novos direitos sindicais. O Estado ficou proibido de intervir nos sindicatos [...]” (MORAES; SILVA; SILVA NETO, 2009, p. 52).

Anos depois do período de redemocratização, inicia-se, a partir da década de 1990, a defesa de políticas neoliberais, modificando de diferentes formas o chamado mundo do trabalho. O neoliberalismo estabeleceu uma agenda de luta pela sobrevivência dos sindicatos brasileiros. Os movimentos sindicais representantes das mais variadas classes de trabalhadores tiveram o seu poder de mobilização reduzido, instaurando novos desafios à sua organização e desenvolvimento.

3.1 O sindicalismo na Biblioteconomia brasileira

As modificações políticas e sociais ocasionadas pela organização da classe trabalhadora são observadas por Sá (1998) como benéficas às sociedades de seus períodos históricos. Nesse sentido, Moraes, Silva e Silva Neto (2009) relatam que apesar do movimento sindical brasileiro demonstrar sua capacidade de organização e resistência contra a ditadura, não são encontrados relatos substanciais acerca da participação de sindicatos de bibliotecários no processo de redemocratização do país. Esses sindicatos passaram a existir tardivamente se comparados aos de outras profissões. Até a década de 1980, conforme assinalam Spudeit e Führ (2011, p. 243),

Não existia no campo trabalhista uma representação coletiva legal da profissão ou um órgão de classe que tivesse poderes legítimos para defender os interesses dos bibliotecários frente às autoridades administrativas e judiciais como acordos

coletivos, estabelecimento de piso salarial, jornada de trabalho e demais vantagens previstas ou não na CLT.

A consciência de classe instigou alguns bibliotecários a se mobilizarem com o objetivo de se fazerem ouvir e terem atendidas as reivindicações da categoria. Em um trecho do texto de Martorano (1984) pode-se ler a seguinte mensagem com o intuito de levar os bibliotecários à tomada de consciência sobre a importância de um sindicato para a classe:

Precisamos então batalhar por isso e também fazer campanhas de conscientização do próprio profissional Bibliotecário a respeito da necessidade de sindicalização, mostrando que não adianta reclamar do salário baixo, da não valorização profissional se não houver a luta para que se consiga o órgão que tem poder de representação junto às autoridades jurídicas e administrativas (MARTORANO, 1984, p. 86).

Maria Martorano foi uma bibliotecária que publicou importantes informações sobre sindicalismo, sendo uma das profissionais responsáveis por conscientizar os demais bibliotecários da necessidade da criação de um órgão que representasse os interesses da classe. No entanto, durante o regime militar, aqueles profissionais inseridos no serviço público não tinham clareza sobre a possibilidade de se vincularem a um sindicato de bibliotecários. Sob a ordenança da lei do enquadramento sindical, aqueles profissionais que trabalhavam em instituições governamentais eram proibidos de integrarem movimentos sindicais (BRASIL, 1939; CANÊDO, 1997).

No Boletim Informativo do Sindicato dos Bibliotecários no Estado do Rio de Janeiro (SINDIB-RJ), de 2005, consta que a fundação do primeiro sindicato de bibliotecários no Brasil aconteceu em 1970, na Bahia (SPUDEIT; FÜHR, 2011). A instituição teve início como uma associação – etapa necessária para poder se transformar posteriormente em sindicato, de acordo com imposições advindas dos militares. Adquirido o registro no Ministério do Trabalho, o Sindicato de Bibliotecários da Bahia enfrentou inúmeros problemas, até ficar inativo em 2005.

O Sindicato dos Bibliotecários no Estado de São Paulo (SINBIESP) (2014) foi o segundo a ser criado no país. A própria entidade descreve seu surgimento da seguinte forma:

[...] quando o movimento sindical no Brasil começava a tomar força. Um grupo de bibliotecários que na época dirigia a Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado de São Paulo encaminhou ao Ministério do Trabalho proposta para transformação da Associação, que fora criada em 1977, em Sindicato. A assinatura da Carta Sindical se deu em 22 de agosto de 1985.

Alguns anos depois é criado o Sindicato dos Bibliotecários no Estado do Rio de Janeiro (SINDIB-RJ) (2012), instituição que “[...] teve sua origem na APB-RJ [Associação Profissional dos Bibliotecários do Rio de Janeiro], cuja transformação, foi aprovada por unanimidade, pelos presentes na Assembléia de 15/08/1989”.

O quarto a ser fundado foi o Sindicato dos Bibliotecários do Estado do Paraná (SINDIB-PR) (2009), tendo sido também “[...] precedido pela Associação Profissional dos Bibliotecários do Paraná (APBPr), criada oficialmente em 1985, visando cumprir exigência legal da época para a formação de sindicatos no Brasil”.

Ao tratar sobre os sindicatos de bibliotecários no país, Spudeit e Führ (2011, p. 248) afirmam: “Além destes [o de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná] existe um sindicato no Estado de Santa Catarina, em processo de estruturação”. Além disso, as autoras mencionam sindicatos de bibliotecários em Minas Gerais e Maranhão; contudo, durante esta pesquisa, notou-se que tais sindicatos se encontram atualmente desativados. Vale citar ainda a existência de um sindicato na região Norte, com o objetivo de atender os estados do Pará, Amapá e Tocantins, porém este se encontra em situação semelhante ao de Santa Catarina buscando se estruturar.

Para verificar a situação atual dos sindicatos de bibliotecários no Brasil, consultou-se o Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES) junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Conferir o respaldo legal de um sindicato pode ser feito utilizando a ferramenta de Consulta Avançada disponível no próprio *site*, por meio da razão social da entidade, pelo número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ou, ainda, por demais termos relacionados à própria categoria profissional. Em Consulta Avançada, no campo Razão Social, inseriu-se a expressão: “sindicato dos bibliotecários”. Já nas opções de filtro definiu-se, no Grau Entidade: “Sindicato”; e, em Classe: “Profissionais Liberais”. Ao consultar, teve-se acesso a uma lista com três instituições: SINDIB-PR, SINDIB-RJ e o SINBIESP.

Assim, com base nos resultados encontrados no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais, do MTE, pode-se considerar apenas três como sindicatos institucionalizados, os quais estão sediados nos estados do Paraná, do Rio de Janeiro e de São Paulo. Entretanto, das primeiras etapas até a oficialização de um sindicato leva-se tempo, fator que permite levantar-se a hipótese de que possa existir algum sindicato em processo de institucionalização junto ao MTE.

No dia 18 de junho de 2015, em Assembléia Geral convocada pelo SINBIESP, os profissionais concordaram em transformar o sindicato com atuação no estado em um sindicato nacional, tendo como propósito dar assistência aos profissionais em regiões longínquas do país. O Sindicato Nacional dos Profissionais da Informação (SINAInfo) engloba os bibliotecários e outros profissionais que trabalham de forma direta ou indireta com a informação, incluem nesse grupo os documentalistas, historiadores, museólogos, arquivistas, cientistas da informação, auxiliares de biblioteca, arquivos, museus e centros de documentação (SINDICATO DOS BIBLIOTECÁRIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015a, 2015b).

Silva (2016) elenca alguns benefícios oriundos de um sindicato nacional. Para o autor, a junção dos profissionais da informação no Brasil pode possibilitar a criação de novos sindicatos estaduais; estabelecer pisos salariais a níveis nacional, estadual e regional; facilitar a visibilidade da mobilização sindical em prol das recomendações quanto à contratação e plano de carreira desses profissionais.

Os esforços empreendidos nos anos 1980 relacionados à organização do movimento sindical na Biblioteconomia teve um efeito profícuo, pois os três sindicatos concebidos nessa época encontram-se até hoje em atividade e o surgimento do SinaInfo traz uma nova perspectiva de atuação dos bibliotecários no movimento sindical. Contudo, há muito a se conquistar, levando-se em conta a quantidade de estados que ainda não possuem sindicatos institucionalizados para defender os interesses da categoria.

4 CONCEPÇÕES TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICAS SOBRE ÉTICA PROFISSIONAL E DEONTOLOGIA NO ÂMBITO DO SINDICALISMO DA BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA

Na busca por conhecer a concepção dos bibliotecários no que diz respeito à ética aplicada à vida profissional, Souza e Stumpf (2009) analisaram os periódicos brasileiros e os anais do CBBB, tendo como recorte os eventos realizados de 1991 a 2007. Os autores explicam que a escolha desse período se deu por se tratar de um momento repleto de expectativas diante dos desafios da globalização e do neoliberalismo econômico sobre o Estado. Os temas das edições do congresso nesse período refletem isto:

O 16º CBBB, realizado em 1991, teve como tema central: “Biblioteca e desenvolvimento econômico e social” e como subtemas: “A biblioteca pública no processo de educação permanente”; “A questão das bibliotecas escolares”; “Articulação universidade/sociedade: contribuição da biblioteca universitária”; “Pesquisa e desenvolvimento: contribuição da biblioteca especializada; Novos suportes para gerenciamento e armazenamento da informação”; “Biblioteca, desenvolvimento social e cultura”; “Ensino de Biblioteconomia”. O 17º CBBB, realizado em 1994, teve tema central: “Transferência da informação no limiar do ano 2000”, focalizando, em especial, a “Informação para ciência, tecnologia e negócios”, “Redes e sistemas de informação”, a “Indústria e o mercado da informação” e o “Direito à informação e à leitura: construção da cidadania.” O 18º CBBB, realizado em 1997, teve como tema central: “Os cenários da biblioteconomia em face da globalização da informação”, desdobrando-se em quatro áreas: “Os Cenários e a Visão Estratégica da Biblioteconomia no Terceiro Milênio”; “Políticas e Tecnologias de Informação e Comunicação”; “Mercado de Informação e Formação Profissional”; e “Organização dos Profissionais da Informação na Sociedade do Conhecimento”. O 19º CBBB, realizado em 2000, teve como tema central: “Informação para a Cidadania e o Profissional da Informação do Novo Milênio”. Este evento buscou refletir sobre a formação do profissional do terceiro milênio, numa perspectiva mais solidária, participativa e qualificada, propondo alternativas para a consolidação de uma sociedade da informação fundamentada na valorização, preservação e difusão dos bens culturais. Entretanto, em seu temário a Ética não constituiu, explicitamente, um subtema. O 20º CBBB, realizado em 2000, teve como tema central: “Dimensão Humana, Política e Econômica da Informação” e como subtemas: “Conhecimento e Pessoas:

o capital humano na era da informação”; “O Ser Humano e a Diversidade Cultural na Sociedade da Informação”; “Acesso e Excesso de Informações”; “Contrastes da Sociedade da Informação”; “A Informatização da Palavra: outras dimensões da comunicação e da sociabilidade”; “A Nova Economia: novas agendas de desenvolvimento”; “Políticas de Informação para a Cidadania”; “Ciência e Ética: os desafios da complexidade na sociedade do conhecimento”; “Ecoinformação”; “A Informação como Fator de Inclusão Social”. O 21º CBB, realizado em 2005, teve como tema central: “Livro, Leitura e Biblioteca: Exercício da Cidadania”. O evento transformou-se num espaço de significativa importância para a análise da política do livro, da leitura e o papel das bibliotecas para a inclusão social e digital no país. Entretanto, em seu temário a Ética não constituiu, explicitamente, um subtema. O 22º CBB, realizado em 2007, teve como tema central: “Igualdade e diversidade no acesso à informação: da biblioteca tradicional a biblioteca digital” e como Subtemas: “Gestão da informação e unidades de informação: os desafios da infodiversidade”; “Mediação e comunicação da informação: do impresso ao eletrônico”; “Tecnologias de informação e comunicação: contribuição na segurança, acessibilidade e arquitetura da informação” (SOUZA; STUMPF, 2009, p. 1820-1821).

A seleção dos periódicos em Ciência da Informação e Biblioteconomia teve como critério inicial o acesso ao conteúdo por meio eletrônico; em seguida, levou-se em consideração a escolha de um representante de cada uma das cinco regiões do país. Os periódicos que atenderam aos critérios eleitos por Souza e Stumpf (2009) foram: Informação & Sociedade: Estudos (Nordeste); Ciência da Informação (Centro-Oeste); Transinformação (Sudeste) e Encontros Bibli (Sul). Na região Norte, no período do estudo, os pesquisadores não encontraram periódicos que atendessem ao critério de seleção determinado.

Os autores relatam terem encontrado 10 artigos entre os periódicos, e 3 comunicações orais e 1 pôster entre os Anais do CBB. Para Souza e Stumpf (2009), a elevação desses números se daria em decorrência de uma crescente preocupação, por parte dos cursos de Biblioteconomia, com a necessidade de inclusão do tema em seus projetos pedagógicos, assim como uma maior discussão a respeito da temática em âmbito internacional como objeto de pesquisa.

Ao se analisar a origem e os fatores determinantes para a continuidade de disciplinas envolvendo o tema ética nas graduações em Biblioteconomia, as professoras Bottentuit, Oliveira e Ferreira (2009) realizaram uma pesquisa com 37 cursos de instituições de ensino superior do setor público e privado. Os resultados indicam que 75% dos cursos pesquisados abordam o tema ética ou ética profissional como conteúdo de alguma disciplina. Em geral, percebeu-se que essas disciplinas são ofertadas no início do curso, onde se focam nos conceitos e fundamentos do Código de Ética Profissional, havendo também, menções sobre ética na pesquisa. As demais, representando 35%, oferecem disciplina própria destinada ao tema ética, com no mínimo 30 e no máximo 80 horas-aula, sendo obrigatória ou optativa.

Sá (1998) acredita ser o tema ética um objetivo educacional incessante por parte das universidades, do Estado e da sociedade como um todo. A classe de profissionais deve orientar aqueles que estão começando na execução de suas atividades perante a sociedade.

Ainda segundo o autor, não é possível “[...] conceber uma comunidade profissional que não esteja regida por uma norma de conduta ética e que não eduque seu grupo constantemente” (SÁ, 1998, p. 81). O CFB pensando nessa educação constante dos bibliotecários emitiu em 6 de março de 1976 a resolução Nº 153, a qual trata sobre os esforços entre instituições de ensino e entidades de classe pela consolidação da reflexão e prática da ética profissional bibliotecária. No Art. 1º os Conselhos Regionais de Biblioteconomia são orientados a promoverem “[...] meios necessários junto às Escolas de Biblioteconomia para que, dentro de uma das disciplinas que compõem o currículo da Escola, sejam ministradas aulas de Ética Profissional do Bibliotecário” (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 1976, p. 1407).

Diante da constatação dos resultados no levantamento realizado por Bottentuit, Oliveira e Ferreira (2009), percebem-se lacunas referentes ao envolvimento das entidades de classe com o ensino. As autoras comentam: “Isso nos leva a afirmar que há desarticulação política da profissão, desintegração dos órgãos de classe, ausência de debates neste campo, evidenciados nos fóruns da categoria e, em especial, nos congressos de Biblioteconomia” (BOTTENTUIT; OLIVEIRA; FERREIRA, 2009, p. 182). Desse modo, debates sobre ética e ética profissional devem ser incentivados tanto em disciplinas acadêmicas, como pelos representantes legais da classe, visando a obtenção de um pensamento reflexivo em torno do tema, que resulte em ações conscientes dos profissionais quanto à necessidade de unidade coletiva e respeito mútuo.

O Código de Ética usado pelo CFB pode ser caracterizado como um instrumento deontológico. Aranalde (2005), Silva (2010) e Souza (2002) questionam a terminologia código de ética, sugerindo código de conduta ou código deontológico. Souza (2013, p. 166) indaga a expressão contida no cabeçalho do Código de Ética “[...] que o intitula ‘Código de Ética do Conselho Federal de Biblioteconomia’. Linguisticamente, ele não pertence ao bibliotecário [...]”. O código de ética passa a ser mais um instrumento de regulação do próprio órgão de representação profissional, o que reforça seu caráter normativo e não reflexivo.

Tomando como base a sociedade contemporânea e as configurações no mundo do trabalho, Souza (2002) elenca sete problemas deontológicos a serem ponderados na formulação de um código de deontologia profissional, o qual serviria para incitar nos profissionais observações quanto às suas atitudes, enquanto membros de uma categoria e de seu envolvimento com a sociedade. Primeiro, a consciência: respeitar a existência do ser, o indivíduo não pode ser tratado como mero objeto de uma profissão; segundo, liberdade: a classe profissional impõe seu conhecimento como excepcional menosprezando as demais áreas, não permitindo escolha; terceiro, autoridade: a autoridade é concedida as profissões que estabelecem diálogo com a sociedade; quarto, sobrevivência material: o profissional carece de renda para sobreviver, no entanto não deveria impor seu conhecimento como único a ser procurado; quinto, convivência: o prestador de serviço, seus colegas de profissão e os

clientes não conseguem estabelecer vínculos para além de suas funções; sexto, igualdade: diante das hierarquias, os profissionais ampliam as indiferenças entre si, na busca por melhores *status*; e o sétimo, fraternidade: relação de desigualdade entre o profissional e o comprador de seus serviços.

Ao se falar de deontologia, faz-se necessário entender o tipo de visão predominante no mercado de trabalho, e como isso pode afetar o agir dos profissionais. Pizarro (2010, p. 45) afirma que a “[...] ética profissional perpassa sobre duas principais vertentes doutrinárias modernas: o utilitarismo e a deontologia”. O utilitarismo em 1781, assim como a deontologia posteriormente, foram criados pelo filósofo inglês Jeremy Bentham. O utilitarismo de Bentham buscava na lógica a compreensão dos fatos que proporcionassem bem-estar e fizessem as pessoas felizes. Determinada ação seria considerada benéfica se alcançasse o maior número de indivíduos, limitando sua mensuração a equações matemáticas, observadas a partir da relação entre prazer e dor. Caracteriza-se como uma doutrina de cunho hedonista ao valorizar aquilo que traz prazer em detrimento de sofrimento ou miséria (ABBAGNANO, 2007; PIZARRO, 2010; TUGENDHAT, 1996).

Souza (2013) explica a diferença entre a postura deontológica e a utilitarista adotada por cada profissional. Na visão utilitarista, o bibliotecário realiza seu trabalho com o propósito de oferecer serviços que atendam ao maior número de pessoas, proporcionando-lhes satisfação. Por sua vez, na concepção deontológica, o bibliotecário tem consciência do seu dever, agindo com alteridade, como se ele próprio fosse o beneficiário do serviço.

No entendimento de Rasche (2005a, p. 176), a deontologia auxilia a padronizar os profissionais “[...] não no sentido de igualar as ações, mas sim, de orientar, prescrever, controlar a conduta dos membros da profissão visando construir uma identidade e por meio desta, tornar-se respeitado e conhecido pelos demais membros da sociedade”. Compreender as questões em torno da deontologia profissional fornece subsídios para os bibliotecários conhecerem melhor a si mesmos, para dessa forma analisarem quais ações os caracterizam como classe e quais atendem às demandas sociais. Corroborando com essa ideia, Silva (2012) afirma ser determinante a existência de uma consciência de classe para se ter maior representação coletiva da categoria, visando um amplo reconhecimento da profissão de bibliotecário pelo mercado e pela sociedade.

Rasche (2014) explica que um sentimento de identidade profissional proporciona uma demanda por organização dentro do grupo e desse com a sociedade, surgindo, assim, associações, conselhos, sindicatos e outras formas de articulação entre os profissionais. Já o individualismo, conforme assinala Sá (1998), gera nos profissionais menor consciência de grupo, resultando em desrespeito mútuo e baixa qualidade na prestação de serviços. É perceptível que o individualismo cria um estado de tensão no trato entre os integrantes de uma profissão, algo prejudicial não só à classe, como, também, à sociedade de modo geral. Incomodada com esse quadro, Rasche (2005b, p. 25) observa o seguinte: “Romper com a

lógica da competição e do individualismo tão difundido nos modos de ser e estar dos membros da sociedade contemporânea representa um desafio que se faz presente quando se trata de ‘ética profissional’ [...]. Atenção, respeito, solidariedade para com o outro no mundo do trabalho compõem, portanto, o âmbito da ética profissional.

Assim, para distanciar-se do individualismo tão disseminado no atual mercado de trabalho, o bibliotecário necessita assumir uma postura ética, reconhecendo e valorizando a existência do outro (FERREIRA, 2004). Através de um maior engajamento por parte dos profissionais, Silva (2012, p. 76) aponta para a possibilidade de “[...] mudanças mais amplas, através da expressão coletiva a fim de tornar a área notável e reconhecida no mercado e na sociedade”. Uma ação conjunta por parte dos bibliotecários pode aumentar o interesse da classe pelas entidades representativas, vindo a contribuir com o número de sindicatos atuantes no Brasil. Cada vez mais, isto se faz importante, haja visto os desafios enfrentados pelo movimento sindical no que diz respeito à interferência da economia nos valores e ações dos profissionais.

Conforme Silva (2012), a união da classe biblioteconômica se daria por intermédio da reflexão teórico-crítica da sua história. Por sua vez, cabe acrescentar a essa percepção as opiniões de Bottentuit, Olveira e Ferreira (2009), Rasche (2005b, 2014), Souza (2002), Souza e Stumpf (2009) ao enfatizarem a necessidade de mais debates a respeito da ética no âmbito profissional a fim de despertar na categoria o reconhecimento do outro. Assim, faz-se necessário o “[...] exercício da ética profissional como forma de tornar possível uma convivência pautada nos princípios dos direitos e deveres do outro e para com o outro” (FERREIRA, 2004, p. 14).

Debater sobre ética e deontologia auxilia, portanto, a conhecer não só alguns dos dilemas vivenciados na profissão, como também entender parte dos vários preceitos normativos defendidos pelos órgãos de representação da classe. O agir eticamente deve constituir-se como uma prática diária, logo, como uma atividade de responsabilidade com o outro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo foi possível compreender que a ética não tem por objetivo estabelecer regras, no entanto se atém ao campo teórico da análise dos princípios buscando entender os valores de determinado grupo. Por sua vez, a deontologia tem como propósito orientar condutas, sendo as normas verificadas com a finalidade de ponderar se os deveres e os direitos representam uma categoria de profissionais perante os seus membros e a sociedade de modo geral.

Assim, faz-se necessário abordar o tema da ética para além dos códigos formais criados por órgãos fiscalizadores, de modo a suscitar na categoria questões de cunho social,

histórico, político e econômico, incentivando a reflexão crítica. Para isso, deve haver maior integração entre profissionais, entidades de classe e os cursos de graduação em Biblioteconomia existentes no país. Ações conjuntas contribuem com a formação de profissionais mais conscientes acerca da importância de se preservar direitos adquiridos, todavia, sem esquecer-se de avançar rumo a novas conquistas trabalhistas.

O crescimento no número de sindicatos não é por si só suficiente à solução dos problemas trabalhistas dos bibliotecários, fazendo-se importante também a prática. Nesse sentido, acredita-se que se estes profissionais atentarem para as relações entre si, questionando os tipos de laços e valores que os unem enquanto categoria, pautados na ética, entendida como ciência confrontadora, pode-se obter avanços consideráveis na *práxis* bibliotecária.

A pesquisa teve como objetivo abordar a relação entre ética profissional, deontologia e organização sindical na Biblioteconomia brasileira, visando perceber como se situa o processo de atuação político-institucional da área no contexto profissional e educacional. Com o cumprimento do objetivo proposto, compreendeu-se a importância de uma discussão mais ampla, que perpassa o âmbito do ensino, da pesquisa e do fazer profissional. A partir dos textos examinados, verificou-se que os autores conferem destaque ao exercício da profissão, contudo, cabe, cada vez mais, problematizar o tema a partir da atual conjuntura social, política e econômica. Nesse sentido, é válida a inserção e o aprofundamento do debate desde a formação acadêmica do profissional, até a sua participação em entidades de classe, por intermédio de um estudo contínuo sobre ética, para além de uma perspectiva que valoriza tão somente regras e punições.

Representando os bibliotecários e outros profissionais da informação, a criação do SINAInfo reflete o desejo por uma atuação política-institucional em todo país. Em princípio, pode fortalecer o sindicalismo biblioteconômico brasileiro. Além disso, a realização de um trabalho conjunto entre instituições educacionais e órgãos de classe oportunizaria um diálogo contínuo sobre ética antes mesmo da inserção profissional no mercado de trabalho.

Em um país de proporções continentais como o Brasil, detentor de regiões com grandes diferenças culturais e econômicas, é preciso avaliar as demandas de mercado para se estabelecer critérios como piso salarial, carreira e demais situações no âmbito do trabalho biblioteconômico. Portanto, a discussão sobre ética profissional, deontologia e sindicalismo na Biblioteconomia requer a realização de mais estudos, nos quais questões envolvendo a criação de uma política nacional, bem como a integração entre sindicatos regionais ou estaduais devem ser debatidas.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo?** São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1985.
- ANDRADE, Zilda Aparecida Freitas de. **Gestão da ética nas organizações**: possibilidades aos profissionais de relações públicas e comunicação organizacional. 2010. 235 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, Londrina, 2010. Disponível em:<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-01122010-094556/pt-br.php>>. Acesso em: 22 jun. 2016.
- ARANALDE, Michel Maya. A questão ética na atuação do profissional bibliotecário. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 337-368, jul./dez. 2005. Disponível em:<<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/124>>. Acesso em: 25 jul. 2016.
- ARICÓ, Carlos Roberto. **Arqueologia da ética**. São Paulo: Ícone, 2001.
- BAPTISTA, Isabel Maria Carvalho. Ética, moral e deontologia. **Cadernos do CCAP**, Lisboa, n. 3,p. 5-16, jul. 2011. Disponível em: <http://www.ccap.min-edu.pt/docs/Caderno_CCAP_3-Etica.pdf>. Acesso em: 20 maio 2015.
- BENTES PINTO, Virginia; CAVALCANTE, Lídia Eugênia. Pesquisa bibliográfica e documental: o fazer científico em construção. In: BENTES PINTO, Virginia; VIDOTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório; CAVALCANTE, Lídia Eugênia. **Aplicabilidades metodológicas em Ciência da Informação**. Fortaleza: UFC, 2015. p. 15-34.
- BOTTENTUIT, Aldinar Martins; OLIVEIRA, Maria Odaisa Espinheiro de; FERREIRA, Mary. Abordagens da ética nos cursos de Biblioteconomia e campos afins das instituições de ensino superior brasileiras. In: GOMES, Henriette Ferreira; BOTTENTUIT, Aldinar Martins; OLIVEIRA, Maria Odaisa Espinheiro de (Orgs). **A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional**: o olhar da Filosofia, da Sociologia, da Ciência da Informação e da formação e do exercício profissional do bibliotecário no Brasil. Brasília, DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2009. Disponível em:<http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2017/01/a_etica.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2017.
- BRASIL. Decreto nº 979, de 06 de janeiro de 1903. Faculta aos profissionais da agricultura e indústrias rurais a organização de sindicatos para defesa de seus interesses. **Coleção de leis do Brasil de 1903**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 17, jan. 1903. Disponível em:<http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DPL%209791903?OpenDocument>. Acesso em: 20 dez. 2015.
- BRASIL. Decreto nº 1.313, de 17 de janeiro de 1891. Estabelece providências para regularizar o trabalho dos menores empregados nas fábricas da Capital Federal. **Coleção de leis do Brasil de 1891**, Rio de Janeiro, v. 4 , p. 326, jan. 1891. Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1313-17-janeiro-1891-498588-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 set. 2015.

BRASIL. Decreto-lei, nº 1402, de 5 de julho de 1939. Regula a associação em sindicato. 1939. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/DecretoLei1402.html>. Acesso em: 25 out. 2016.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria de Informação Legislativa. Decreto nº 1637, de 5 de janeiro de 1907. Cria os sindicatos profissionais e sociedades cooperativas. Rio de Janeiro, jan. 1907. Disponível em:<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=39601&norma=55323>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

CANÊDO, Letícia Bicalho. **A classe operária vai ao sindicato**. São Paulo: Contexto, 1997.

CASTRO, César. **História da Biblioteconomia brasileira**. Brasília, DF: Thesaurus, 2000.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Resolução nº 153, de 06 de março de 1976. Dispõe sobre o ensino de ética bibliotecária. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 de abr. 1976. Seção I, p. 1407.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Resolução nº 42 de 11 de janeiro de 2002. Dispõe sobre Código de Ética do Conselho Federal de Biblioteconomia. **Diário Oficial [da]República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 de jan. 2002. Seção I, p. 64.

CORTÊ *et al.* (Org.). **Bibliotecário: 50 anos de regulamentação da profissão no Brasil - 1965-2015**. Brasília, DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015.

CUARTAS, Enriqueta Graciela Dorfman de; PESSOA, Maria Lucia de Moura da Veiga; COSTA, Cosme Guimarães da. Código de ética profissional do bibliotecário: 15 anos depois . **Biblos**, Rio Grande, n. 15, p. 195-209, 2003. Disponível em:<<http://repositorio.cfb.org.br/handle/123456789/370>>. Acesso em: 24 set. 2016.

FERREIRA, Rita Gonçalves Portella. O fundamento ético de uma consciência bibliotecária. **Infociência**, São Luís, v. 4, p. 9-20, 2004. Disponível em:<<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/download/16286>>. Acesso em: 20 out. 2016.

MADEIRA, Paulo Jorge. Ética e deontologia: uma aplicada a profissionais de gestão e contabilidade. **Jornal do técnico de contas e da empresa**, Lisboa, ano 36, n. 453, p. 211-219, jul. 2003. Disponível em:<<http://hdl.handle.net/10400.11/963>>. Acesso em: 06 ago. 2016.

MARTORANO, Maria Angélica Carneiro. Sindicalismo na profissão do bibliotecário. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 17, n. 1, 79-92, jan./jul. 1984. Disponível em:<<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/download/18328>>. Acesso em: 02 fev. 2015

MORAES, Marielle Barros de; SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; SILVA NETO, Casemiro. Um pouco do sindicalismo brasileiro e a organização sindical do bibliotecário. **Universidade**

e Sociedade, Brasília, DF, ano XVIII, n. 43, p. 47-60, jan. 2009. Disponível em:<<http://www.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-68133461.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2016.

PIZARRO, Daniella Camara. **Ética profissional do bibliotecário atuante no segmento empresarial em Santa Catarina**. 2010. 213 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em:<<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/94528>>. Acesso em: 25 de mar. 2016.

RASCHE, Francisca. Ética e deontologia: o papel das associações profissionais. **Rev. ACB**, Santa Catarina, v. 10, n. 2, p. 175-188, jan./dez. 2005a. Disponível em: <<https://revista.acb.org.br/racb/article/view/426/540>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

RASCHE, Francisca. Questões éticas para bibliotecários. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Bibliotecnomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 19, p. 21-33, jan./jun. 2005b. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2005v10n19p21/5498>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

RASCHE, Francisca. Reflexões em torno da ética no exercício profissional em bibliotecas pública. In: **SOUZA**, Francisco das Chagas de; **SILVA**, Ana Cláudia Perpétuo de Oliveira da (Orgs). **Práticas éticas em bibliotecas e serviços de informação: investigações brasileiras**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

RIOS, Terezinha Azerêdo. A presença da filosofia e da ética no contexto profissional. **Revista Organicom**, São Paulo, v. 5, n. 8, jan./jun. 2008. Disponível em:<<http://revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/view/145/245>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

SÁ, Antônio Lopes de. **Ética profissional**. São Paulo: Atlas, 1998.

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. A tríade identidade, ética e informação na Biblioteconomia brasileira: análise sobre o código de ética do bibliotecário. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**; Campinas, v.7, n. 2, p. 76-101, jan./jun. 2010. Disponível em:<<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/446/304>>. Acesso 29 nov. 2014.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Órgãos de classe: constituições no campo da CI, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. **Biblio**, dez. 2016. Disponível em:<<http://biblio.cartacapital.com.br/orgaos-de-classe/>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. **Uma análise sobre a identidade da Biblioteconomia: perspectivas históricas e objeto de estudo**. Recife: Do Autor, 2012.

SINDICATO DOS BIBLIOTECÁRIOS DO ESTADO DO PARANÁ. Histórico. Curitiba: SINDIB-PR, 2009. Disponível em:<<http://www.sindib.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

SINDICATO DOS BIBLIOTECÁRIOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Histórico.

Rio de Janeiro: SINDIB-RJ, 2012. Disponível em:
<<http://www.sindibrj.org.br/index.php/2012-10-26-00-38-31/historico>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

SINDICATO DOS BIBLIOTECÁRIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO. Histórico. São Paulo: SINBIESP, 2014. Disponível em:<<http://www.sinbiesp.org.br/index.php/sinbiesp/historico>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

SINDICATO DOS BIBLIOTECÁRIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO. Notícias:

Profissionais da Informação. São Paulo: SINBIESP, 2015a. Disponível em:<<http://www.sinbiesp.org.br/index.php/noticias/179-profissionais-da-informacao>>. Acesso em: 19 out. 2016.

SINDICATO DOS BIBLIOTECÁRIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO. Notícias:

Sindicato Nacional dos Bibliotecários. São Paulo: SINBIESP, 2015b. Disponível em:<<http://sinbiesp.org.br/index.php/noticias/158-sindicato-nacional-dos-bibliotecarios>>. Acesso em: 19 out. 2016.

SOUZA FILHO, Oscar d'Alva e. **Ética individual e ética profissional:** princípios da razão feliz. Fortaleza: ABC Editora, 2004.

SOUZA, Francisco das Chagas de; STUMPF, Katiusa. Ética na ciência da informação e Biblioteconomia brasileiras: sua discussão em periódicos e anais de eventos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANCIB, 2009. Disponível em:<<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/viewFile/3280/2406>>. Acesso em: 11 set. 2016.

SOUZA, Francisco das Chagas de. Dos deveres profissionais ou a deontologia. In: GOMES, Henriette Ferreira; BOTTENTUIT, Aldinar Martins; OLIVEIRA, Maria Odaisa Espinheiro de (Orgs). **A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional:** o olhar da Filosofia, da Sociologia, da Ciência da Informação e da formação e do exercício profissional do bibliotecário no Brasil. Brasília, DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2009. Disponível em:<http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2017/01/a_etica.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2016.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Ética e deontologia:** textos para profissionais atuantes em bibliotecas. Florianópolis: UFSC; UNIVALI, 2002.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **O discurso sobre a ética e a deontologia profissional nos eventos brasileiros de Ciência da Informação e Biblioteconomia, realizados entre 1991 a 2005. 2010.** Relatório de pesquisa. Disponível em:<http://eprints.rclis.org/19806/1/Relat%C3%B3rio_Projeto_2007-2009-a.pdf>. Acesso em: 05 set. 2016.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Valor e sentido do Código de Ética do CFB (Conselho Federal de Biblioteconomia) [CE-CFB] para o bibliotecário brasileiro atuante em biblioteca universitária.** 2013. Relatório de pesquisa no pós-doutorado. Disponível em:<<http://eprints.rclis.org/18817/>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis Oliveira; FÜHR, Fabiane. Sindicatos de bibliotecários: história e atuação. **Transinformação**, v. 23, n. 3, p. 235-249, set./dez. 2011. Disponível em:<<http://www.braptci.ufpr.br/braptci/index.php/article/download/19743>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

TELLES, Jover. **O movimento sindical no Brasil**. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1981.

TUGENDHAT, Ernest. **Lições sobre ética**. Petrópolis: Vozes, 1996.

